

DA SAÚDE DOS POVOS À SAÚDE PÚBLICA

1763 - 1828

Marcia Vianna Gaspar

ESTADO E SOCIEDADE

Quando tratamos de saúde pública no período colonial, faz-se necessário dizer que, embora o termo tenha sido utilizado em documentos da época, não há definição ou explicação para o mesmo. Trata-se de uma forma de expressão tal como *saúde dos povos* pois, a relação saúde/doença inexistia ao nível de prevenção.

Durante o período estudado, a figura do médico é rara e os poucos que se deslocam para o Brasil estão ligados à tropa ou à Câmara como funcionário da Administração colonial. As razões para este problema, seriam: a proibição do ensino médico nas colônias, as poucas vantagens profissionais, a falta de medicamentos europeus e desconhecimento da flora local.¹

Os órgãos responsáveis pelos *encargos de saúde*, à época colonial, eram a Fisicatura e as Câmaras Municipais, que baseavam-se em *denúncias* para agir e, portanto, agiam de forma fragmentada, sendo o primeiro em relação ao exercício da medicina e o segundo, em relação à limpeza, o controle de alimentos e, a inscrição de médicos, cirurgiões e boticários. A partir de 1782, foi criada a Junta de Proto-Medicato, abolida em 1809, quando a incumbência voltou à Fisicatura. Entretanto, não houve mudanças nos encargos em relação às primeiras.

A transferência da sede do Vice-Reinado para o Rio de Janeiro, em 1763, modificou o comportamento do governo em relação à saúde pública. Todos os Vice-Reis receberam instruções a respeito da defesa da cidade, que trouxe como consequência a preocupação com a figura do militar e sua recuperação quando doente ou ferido.

Como forma de implementar a assistência médica aos militares, foi criado no Rio de Janeiro, em 1768, o Hospital Real Militar, por iniciativa do Conde de Azambuja que, entretanto, por seguir o mesmo modelo dos

Hospitais da Misericórdia, apresentaram os mesmos problemas de má administração e excesso de doentes.² Para que possamos entender os problemas de deficiência no atendimento, faz-se necessário dizer que, os Hospitais da Misericórdia eram administrados por *irmãos da Misericórdia*, eleitos provedores e tesoureiros, não existindo, a interferência do médico, nem mesmo nos assuntos ligados ao tratamento. As melhores condições aplicadas ao Hospital Militar eram *espaço mais amplo, manutenção condigna e administração menos onerosa, mais controlada*. Portanto, podemos afirmar que, não houve mudanças no modelo: a preocupação continuava relacionada à administração, sendo o papel do médico, secundário.³

A nova maneira de pensar a Colônia em relação à saúde pública, foi um fator determinante nas ações dos governantes, deste período, que colocam a questão da doença e da saúde no raio de suas atribuições.

O vice-rei Conde de Cunha preocupou-se com o perigo da propagação da lepra na cidade, cujo contágio, segundo sua opinião, *acontecia em ruas e praças, através da água e da circulação de homens e mercadorias*. A seu pedido, fundou-se um lazareto na Cidade e, em 1766, foram elaborados seus estatutos. Seu governo também preocupou-se com a limpeza e circulação: drenou a rua da Vela por causa de detritos que infectavam suas águas e abriu uma nova via pública que, margeava o morro de Santo Antônio.

No vice-reinado do Marquês do Lavradio, foram feitas mudanças saneadoras na Cidade: abriram-se e calçaram-se ruas, construíram-se estradas, pontes, fontes e removeram-se os armazéns de escravos que, eram vistos como fonte de contaminação de doenças, para o Valongo.⁴ Todas estas medidas foram justificadas em seu relatório de passagem de governo com suas respectivas justificativas em prol da melhoria da saúde.

O vice-rei Dom Luís de Vasconcellos e Souza, em 1778, diante da situação precária da cidade em matéria de saneamento, havendo a quase ausência de médicos, *somente possuía quatro, insuficientes, como número e como préstimo*, reivindica providências à Metrópole que, como solução, ordena o pagamento de pensões para formar topógrafos, cirurgiões, médicos e engenheiros hidráulicos. As Câmaras Municipais que deveriam custear estes estudos, alegaram *falta de recursos para atender as despesas e um grande número de pessoas exercendo a Medicina*.⁵ Entretanto, entre estas pessoas que as Câmaras Municipais alegavam ser profissionais, predominavam os falsos profissionais, curandeiros, rezadores e curiosos.⁶ Os partos eram feitos nas residências por mulheres que, muitas vezes, utilizavam-se de superstições por falta de conhecimento.

Ao final do século XVIII, pudemos detectar uma preocupação mais acentuada com a qualidade de vida e meio ambiente. O Conde de Rezende ordena secamento de pântanos, mapeamento e abertura de ruas, *por considerar as águas estagnadas focos de emanações palustres, capazes de produzir várias moléstias* e, sugere à Câmara que consulte os *médicos considerados mais notáveis sobre as causas de insalubridade do Rio de Janeiro*.⁷

Em 1798, foi apresentado pelos doutores Bernardino Antonio Gomes, Manoel Joaquim Marreiros e Antonio Joaquim de Medeiros pareceres com *urgentes e adequadas providências* para resolver o problema da insalubridade do Rio de Janeiro. Deste documento constam: análise do clima, medidas urbanísticas, tipo de alimentação e promiscuidade sexual como causa de doenças endêmicas e epidêmicas que, eram muitas: febres intermitentes, varíola, vérmica, tuberculose e lepra, entre outras. Entretanto, por *inépcia da própria Câmara*, que havia solicitado o estudo, nada do recomendado, foi executado.⁸

Embora as posturas municipais só tenham sido reunidas em Código, em 1830, ainda no século XVIII, houve preocupação legal com a alimentação que, para muitos, era causa de muitas doenças. Eram multados os fabricantes de farinha *viciada*; havia um certo controle através do escrivão do Senado de mercadorias entradas no porto, embora fosse permitida a venda a bordo de mantimentos; eram proibidos os *gêneros corruptos* e os que

deitassem misturas ao vinho, vinagre e todos os mais efeitos de que possam resultar dano à saúde pública.⁹

No começo do século XIX, ocorreram grandes transformações advindas da chegada da Família Real em março de 1808, ao Rio de Janeiro, com uma comitiva de 15 mil pessoas, *rompendo o equilíbrio da Cidade* que, por estar encravada entre o morro e o mar, foi obrigada a expandir-se através de aterros, muitas vezes, feitos com lixo e detritos, sem observância das mínimas regras higiênicas.¹⁰

As consequências da instalação da Corte na Cidade, além da duplicação da população em pouco mais de vinte anos, teve na Abertura dos Portos, em 1808, um novo fator de aumento demográfico: a população flutuante cresceu demasiadamente. Também podem ser observados o aparecimento de novos ofícios e o aumento de circulação de mercadorias.

Em 1807, entraram na baía 778 navios, dos quais apenas um era estrangeiro. Em 1811, o total de embarcações já superava 5000, de todas as lotações, bandeiras e procedências.¹¹

Toda a burocracia portuguesa, órgãos da administração pública, justiça, conselhos e secretarias, foi criada no Rio de Janeiro. Foram fundados: a Imprensa Régia, a Academia Médico-Cirúrgica, Arquivo Militar, Academia de Marinha, Real Horto, Banco do Brasil, Casa de Suplicação, Junta do Comércio, Fábrica de Pólvora e a Biblioteca Nacional.

A cidade crescia rapidamente. Para traçarmos algumas das principais mudanças, ao nível de sua expansão, citamos o aterramento de parte do Mangue de São Diogo e de Pedro Dias, a maior ocupação das freguesias da Glória, Catete, Praia de Botafogo e o deslocamento da atividade portuária para Gamboa, Saúde e Valongo, a ocupação de Engenho de Dentro e São Cristóvão, quando anteriormente a área urbana restringia-se às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana.¹²

O cronista Luís Edmundo é enfático ao relatar o descompasso da cidade com a higiene:

No quadro maravilhoso da natureza, a cidade é um tristíssimo contraste. Uma nódoa brutal na paisagem radiosa. A casa é feia. A rua é suja (...) O clima abrasador e ardente, as montanhas que o cercam e encantam, o chão úmido e verde, paúl onde se assenta, o desasseio gerado pelo

homem (...) ¹³

O comerciante John Luccock tomou-se o cronista da Cidade que descreveu, com perfeição, alguns dos problemas mais sérios e debatidos relacionados com a saúde pública da época: o matadouro.

[um matadouro] a única casa a isso destinada no Rio, acha-se numa estrada pública e se torna mais prejudicial pelo fato de se permitir que o sangue e a imundície que dela saem, se misturem, descorem e tinjam a água da baía. Também se atira o reboialho que fica a boiar, a menos que um número de pretos se achem presentes para apanhar e levar as tripas a fim de enchê-las com lingüiça ou para outras finalidades de natureza doméstica ou medicinal. ¹⁴

Quanto ao casario da cidade, observado por Luccock, o que mais atraía aos estrangeiros eram as gelosias ou espécies de janelas assentadas na parte de cima das casas ao mesmo nível que o assoalho do cômodo, onde havia uma plataforma de pedra, que servia de base ao balcão erguendo-se até o cimo da janela, dificultando a circulação do ar, dentro das habitações. Eram confeccionadas em treliça e foram abolidas após a chegada da Família Real. ¹⁵

(...) o Regente baixou uma ordem mandando reduzi-las a balcões modernos. Aqueles que apreciavam a circulação livre do ar, obedeceram prazenteiros; outros que desejavam agradar à Corte seguiram-na sem hesitar; os demais se sentiram obrigados à submissão (...). Seja como for, de uma penada do Regente fez mais no promover a salubridade e o conforto do Rio, do que se poderia obter pelas sugestões (...) em um século inteiro. ¹⁶

O crescimento desordenado da população citadina, a ausência de esgotos e a deficiência no abastecimento d'água que, era feito por escravos, por não ser canalizada, propiciavam a falta de limpeza, dificultando, inclusive, a higiene corporal.

Vimos como são precárias as condições de higiene da cidade. As abluções com loções perfumadas suprem, muitas vezes, a falta de banhos com água abundante. ¹⁷

Nas primeiras décadas do século XIX, apesar das intensas modificações na Cidade, pouco ou quase nada havia-se alterado em relação ao saneamento e a Assistência Médica

Hospitalar, fazendo com que surgissem novos problemas e agravando os já existentes.

Suas cerimoniosas relações com a higiene, tornaram-na inóspita e insalubre, propícia a radicar endemias e ao constante retorno das epidemias (...) A varíola, a febre tifóide, o sarampo, o cólera-morbo, a difteria, a febre amarela, a peste bubônica, a gripe, zombando sempre dos míseros recursos de que dispunham os responsáveis pela saúde da população, carente a cidade de organização sanitária adequada e praticamente desprovida de assistência médica e hospitalar. ¹⁸

O problema hospitalar era gravíssimo, pois os hospitais, em número reduzido e não planejados com instrumento de intervenção positiva com o objetivo de obter a cura e produzir saúde, eram mantidos por ordens religiosas e não pelo poder governamental. ¹⁹

O hospital da Santa Casa de Misericórdia, fundado em 1582, pelo Padre José de Anchieta, segundo alguns autores, foi o pioneiro em atendimento médico no Rio de Janeiro. ²⁰ As Ordens Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo e Terceira da Penitência mantinham hospitais, entretanto, não houve assistência médico-hospitalar, mantida pelo Governo, à população do Rio de Janeiro, até o fim do século XIX, exceto aos militares.

Segundo Licurgo dos Santos Filho, em *História da Medicina no Brasil*, eram quatro os tratados de Farmacopéia, utilizados pelos boticários brasileiros: *Farmacopéia Ulissiponense*, de João Vigier, do ano de 1716; *Farmacopéia Tubalense*, Química, Galênica do Boticário Manuel Rodrigues Coelho de 1735; *Coletânea Farmacêutica*, de Antônio Martins Sodré, pseudônimo do Dr. Frei Antônio dos Mártires, de 1735; *Farmacopéia Dogmática, Médico-Química, Teórico-Prática*, editada no Porto em 1752. A partir de 1794 a *Farmacopéia Geral* é oficializada no Reino, após exame. Um Alvará de 1808, mandava que se fixasse o preço dos medicamentos no Brasil, de acordo com as fórmulas dessa *Farmacopéia*. ²¹

Cidade das febres, de legislação pouco obedecida, com a população supersticiosa e ignorante, habituada a *Tratados de Medicina Doméstica*, onde a assistência médica domiciliária era habitual e exercida por físicos, cirurgiões, charlatães, curandeiros e feiticeiros, o Rio de Janeiro rejeita e dificulta a medicina mais racional e acadêmica. ²²

No que concerne à Higiene Pública, segundo alguns bibliógrafos, a primeira obra no Brasil, seria um opúsculo de vinte e sete páginas, *Reflexões sobre alguns meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima do Rio de Janeiro*, redigido pelo Dr. Manoel Vieira da Silva, Físico-Mor do Reino, a pedido de D. João e publicado pela Imprensa Régia em 1808.²³

A obra, em comparação com o estudo de 1798, diferencia-se na forma de consulta: o consultado é o poder médico, a Fisicatura, órgão que substituiu naquele ano a Junta de Pronto-Medicato, a pedido do Soberano e, não mais os médicos notáveis a pedido da Câmara. Entretanto, o teor dos pareceres é basicamente o mesmo, pois algumas das partes do primeiro estudo foram aproveitadas e adotadas em 1808.²⁴

*Novamente o que se esboça é uma política sanitária da cidade, agora enunciada muito mais claramente. Os objetos que ela deve se dirigir são indicados de modo mais preciso, isolados com mais nitidez como causas de doenças. A distinção entre as causas naturais e não-naturais permanece. O ar continua sendo o principal causador de doenças quando suas qualidades se deterioram devido à ação de outras causas. O que caracteriza este documento é justamente a importância que dá a essas causas mediatas.*²⁵

Este estudo tratava das causas do aparecimento de miasmas e fluidos que corrompiam o ar e causavam doenças: as águas estagnadas, as sepulturas e o desmoronamento do morro do Castelo.

*O morro do Castelo será tão prejudicial à cidade como até agora se tem suposto? (...) Donde se segue que o morro só poderia embaraçar a livre corrente do ar naquela parte da cidade mais próxima; porque as colunas de ar que passam pelo ápice da montanha, e as laterais, não encontrando resistência, caminham com toda velocidade, como vêm impelidas, as que encontram a resistência no morro aumentam por outro lado a força das primeiras, (...) podemos logo afirmar com toda a certeza, que ainda que sendo ventos muito brandos, deve haver um movimento insensível nas colunas de ar que estão sobre as casas unidas ao morro (...)*²⁶

A alimentação deteriorada, a circulação de pessoas e mercadorias através do porto também são tratadas como causas a combater.

Na afirmação do Físico-Mor Manoel Vieira, fica claro como a falta de controle da medicina e ausência de medicamentos necessitava de regulamentação.

*Outra coisa capaz de conduzir muita gente à sepultura nesta cidade é a falta de medicamentos, em que se possa confiar uma medicina ativa, a liberdade concedida a qualquer cirurgião curar de medicina, ignorando até os princípios de sua profissão, a falta de vigilância sobre curandeiros e boticários que vendem purgantes, vomitórios e outras composições, sem receita do médico, chegando a omissão neste ponto a permitir que nas lojas de ferragens se vendam vomitórios e purgas (...)*²⁷

As propostas para solução foram várias e mediatas: aterramento de pântanos, canalização de águas, demarcação de ruas e construções, fiscalização das carnes, peixes, farinha, vinhos, vinagres e azeites; estabelecimento de cemitérios fora da cidade, controle de sepulturas e de atestados de óbito. O Lazareto da Boa Viagem, que deveria ser criado por ser a quarentena, à época, o meio conhecido como mais eficaz para evitar-se a entrada de doenças, embora planejado, não se sabe porque nunca foi construído.²⁸

Depois de apresentar seu parecer, o Físico-mor sugeriu ao Príncipe Regente que confira autoridade a homens sábios, de probidade conhecida, amantes do bem público para executar as medidas de política sanitária indicadas e, em janeiro de 1810, já nomeado para o cargo de Provedor-Mor da Corte e do Estado do Brasil, elaborou o regimento da Provedoria de Saúde.²⁹

Tido por alguns, como o primeiro estudo de higiene no Brasil, *Reflexões sobre alguns meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima do Rio de Janeiro*, publicado em 1808, não pode ser considerado como tal, embora, o aceitemos como o embrião do projeto que se desenvolveu durante o Império. Se concordarmos com o uso do termo *higiene pública*, antes de 1828, quando da implantação da Medicina do Social, estaríamos ferindo um princípio básico: uma inexistente sem a outra.

O encargo da Higiene Pública foi passado às Câmaras Municipais em 1828, ficando, assim, abolidas a Fisicatura e a Provedoria de Saúde e, é nesta época, que inicia-se a grande ofensiva da medicina brasileira que procura implantar-se como medicina social, com papel relevante para

Sociedade de Medicina, fundada em 1829.³⁰

Em face do que expusemos, podemos resumir que, da época do Vice-Reinado até 1828, há um tempo bem marcado onde pode-se traçar um quadro do que se designava por *saúde pública*, as modificações do conceito e as primeiras preocupações com a melhoria do meio ambiente e qualidade de vida da população. O termo *saúde*, mesmo utilizado em documentos coloniais, só pode ser entendido a partir desta época pela própria modificação que aparece na relação *saúde/doença*. A medicina passa a ser preventiva.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. *A Assistência Médica Hospitalar no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1982.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Volume I. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FGV. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: 1987.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação Cultural, 1991.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão, Sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

RIBEIRO, Lourival. *O Barão de Lavradio e a Higiene no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992.

SANTOS FILHO, Licurgo. *História da Medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)*. 2 volumes. São Paulo: Brasiliense, 1947.

ARTIGOS

IHGB (revista) Tomo 95, volume 149. *Vicente Ferrer*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

IHGB (revista) Tomo 93, volume 147. *Posturas Antigas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

NOTAS:

1 - MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.25.

2 - MACHADO, Roberto et al., Op. cit.

3 - MACHADO, Roberto et al., Op. cit.

4 - MACHADO, Roberto et al. Op. cit.

5 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. *A Assistência Médica Hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1982.

6 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit. pp. 12-3.

7 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit. p.11 e MACHADO, Roberto et al. Op. cit. pp. 144-6.

8 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit.

9 - *Posturas Antigas* (artigo) Revista IHGB, Tomo 93 volume 147. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

10 - LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.

11 - BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

12 - LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Op. cit. p. 37.

13 - EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Volume I. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p.18.

14 - LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 30.

15 - LUCCOCK, John. Op. cit. p. 25.

16 - LUCCOCK, John. Op. cit. pp. 25-6.

17 - RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão e Sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.140.

18 - MACHADO, Roberto et al. Op. cit. p.125.

- 19 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit. p.11.
- 20 - Para fundação da Santa Casa da Misericórdia ver. Félix Ferreira em *Santa Casa de Misericórdia Fluminense*. In *O Barão do Lavradio e a Higiene no Rio de Janeiro* Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992. p.199.
- 21 - SANTOS FILHO, Licurgo. *História da Medicina no Brasil* (Do século XVI ao século XIX). 2 volumes. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- 22 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de Op. cit. e RENAULT, Deiso. Op. cit.
- 23 ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit.p. 12.
- 24 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op.cit e MACHADO, Roberto et al. Op. cit.
- 25 - MACHADO, Roberto et al. Op. cit. p.163.
- 26 - SILVA, Manoel Vieira de. *Reflexões sobre os meios conducentes para melhorar o clima do Rio de Janeiro* in Vicente Ferrer (artigo) Revista IHGB, Tomo 95, Volume 149. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- 27 - SILVA, MANOEL Vieira de . Op. cit.
- 28 - ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit e MACHADO, Roberto et al. Op. cit.
- 29 - MACHADO, ROBERTO et al. Op. cit. p.164.
- 30 - MACHADO, Roberto et al. Op. cit p. 184 e ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. Op. cit.